



“Discutindo os caminhos e progressos da Administração, do Trabalho e da Segurança Social”

LUANDA, 29 DE MAIO 2023

A Reforma do Estado na visão de um cidadão comum

Reginaldo Silva

-Jornalista

Antes de mais e a título de ponto prévio começo por vos dizer que não estou aqui para dissertar sobre a Reforma do Estado propriamente dita, conforme ela está definida e consta do Diário da República em pelo menos dois decretos presidenciais, um dos quais o mais recente, com a referência 161/21 de 21 de Junho aprovou o Projecto de Simplificação dos Actos da Administração Pública, vulgo SIMPLIFICA.

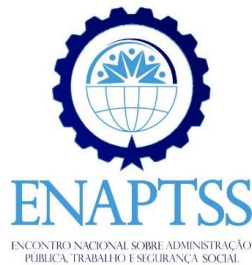
Seria muita areia para a minha pobre camioneta. Não tenho por isso tal pretensão que deixo ao cuidado de quem conhece melhor esta história do que eu, quer ao nível da concepção como da implementação já em curso. A Reforma do Estado é um processo que, pelos vistos, corre o risco de se eternizar, pois resulta da natureza intrínseca do estado, que continua a pecar mais por excesso do que por diferença em todos os aspectos.

Ao adoptar o nome de Simplifica é o próprio Executivo angolano que reconhece que complica ou estava a complicar demasiado a vida das pessoas, muito mais para além do necessário, o que já não é mau para início de conversa.

Nos últimos tempos todos os governos e em todo o lado estão sempre a falar desta necessidade reformadora e até a colocam entre as suas bandeiras de campanha, quando os partidos de que emanam vão a votos. Se bem me lembro e já se passaram muitos anos, a primeira vez, que ouvi falar desta problemática foi no Brasil com a criação de um ministério da desburocratização ainda durante o tempo da ditadura militar. Estávamos em 1979, tendo este ministério evoluído depois de extinto e já em 1986, para o Ministério da Administração e da Reforma Estatal. O que é curioso é que na história brasileira a origem da excessiva burocracia é encontrada nos tempos do Império quando Portugal mandava no Brasil. A curiosidade é óbvia pois quer o Brasil quer Angola tiveram em Portugal o seu primeiro grande administrador.

Aceitei o convite para vir até aqui falar apenas como cidadão comum que teve o privilégio histórico de, já adulto, ter visto um país a nascer e, eventualmente, como jornalista, pois nunca enverguei outras vestes na minha vida profissional.

Tenho para mim que uma das exigências do jornalismo é falarmos dos factos



tal como eles se apresentam e não como nós gostaríamos que eles fossem vistos por terceiros que não tiveram acesso ao terreno da notícia. Na verdade, hoje na média temos mais comunicação institucional do que jornalismo propriamente dito. São parecidos, mas têm pelo menos as famosas sete diferenças.

Também é esse um dos problemas que temos na hora da própria sociedade contribuir para termos um Estado melhor que é o que esta Reforma pretende. É esta objectividade que confere ao jornalismo a sua melhor utilidade como parceiro independente dos poderes públicos estabelecidos, se eles estiverem realmente interessados em melhorar o seu desempenho, como parece ser o caso desta iniciativa.

As minhas considerações sobre a Reforma do Estado no contexto angolano para já só podem ser feitas na óptica do consumidor de burocracias que somos todos nós.

Até agora ainda ninguém conseguiu livrar-se do Estado, nem pelos vistos vai conseguir alcançar tal desiderato tão cedo, se é que ele é exequível, para além da ficção da literatura e do cinema. Todos criticamos o desempenho das instituições públicas que têm o tal “poder de autoridade”, mas todos também achamos que se estamos mal com elas, estaríamos bem piores sem elas pelo que a solução mais consensual parece ser mesmo esta que é da reforma como estratégia permanente em função das diferentes conjunturas que os países vão vivendo ao longo da sua história.

Com a saída do poder do anterior Presidente, Angola vive desde finais de 2017 uma conjuntura diferente a alimentar outras expectativas, embora o ciclo político não tenha sofrido qualquer alteração de fundo. Feito este enquadramento passo para uma provocação, que, na verdade, é apenas uma pacífica reflexão da parte de quem sempre olhou para o Estado com alguma desconfiança, “vírus” que me foi transmitido ainda em tenra idade pelo tratamento menos cordial que o Estado colonial dispensou a um funcionário público que foi o meu já falecido pai.

Entendo que a raiz da excessiva burocratização que os Estados atingem e que depois tentam ultrapassar com as reformas, reside na filosofia segundo a qual o Estado é sempre uma pessoa de bem, mas os cidadãos são invariavelmente suspeitos de qualquer coisa pelo que é preciso ter algum/bastante cuidado com a boa-fé das suas solicitações, não vá o diabo tecê-las. É a isto que também se chama de processo colectivo de intenções, a que os cidadãos estão sujeitos por parte do Estado.

É a partir deste pressuposto que os Estados se burocratizam, urdindo com a aprovação de um conjunto de complicados regulamentos administrativos verdadeiras blindagens, para fazer face a prováveis ameaças arquitectadas por cidadãos menos recomendáveis que ninguém sabe bem quem são, pelo que os justos pagam pelos pecadores.

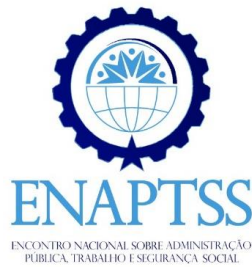
Para além do que possa haver de provocatório nesta abordagem, nunca acreditei muito que, mesmo em abstracto, os Estados fossem pessoas de bem, mas continuo convencido que ainda há muitas pessoas de bem trabalhando para o Estado, ao lado de outras muito más que se aproveitam do mesmo Estado para fazer das suas e como fazem, com resultados bastantes satisfatórios para o seu património, indiferentes ao impacto das suas acções na vida das comunidades, das empresas e dos cidadãos em particular.

Se quisermos na minha definição, a qualidade (ou a falta dela) do Estado que estamos aqui a analisar, seria a síntese possível destas duas forças em permanente confronto, tendo como uma das fontes estatísticas a opinião dos próprios cidadãos, que normalmente não são tidos nem achados nestas consultas públicas.

Com um balanço nas minhas contas, tendo em conta algumas evidências, que continua a não ser positivo, a favor das primeiras pessoas, o caso angolano fala bem dos altos e baixos desta coabitação que não é linear, numa paisagem que ainda é bastante acidentada entre desertos e oásis, entre montanhas e planícies, entre curvas, rectas e contra-curvas.

Esta paisagem acaba por ser uma das imagens de marca do nosso Estado para quem do exterior observa o seu desempenho aos diferentes níveis com destaque para a administração pública que é aquela com quem o cidadão se relaciona mais directamente.

O destaque é para administração pública mas não nos podemos esquecer, obviamente, da actuação da justiça/tribunais que tem de andar sempre em paralelo como se recomenda nestas lides institucionais. Estamos a falar de um país onde litígios e conflitos se fossem matéria-prima davam certamente um grande impulso à industrialização do país se os problemas tivessem algum impacto económico mais positivo. Mas não têm. Contudo sua resolução mais rápida e a contento ajuda e muito todo o processo de desenvolvimento, sobretudo porque em muitos destes casos o Estado é parte litigante. Esta imagem que corresponde à realidade ainda é efectivamente má e não nos pode



orgulhar, pelo que pela frente o caminho continua a ter muitos e pedregosos desafios.

Estamos com os olhos postos num Estado justo eficaz e eficiente, amigo dos cidadãos que deixe de ser visto com desconfiança e mesmo medo seja pelos nacionais seja pelos estrangeiros, sobretudo aqueles que querem realmente investir no desenvolvimento do país. Pelo conhecimento pontual que vamos tendo deste relacionamento do Estado com as comunidades ao longo dos anos, não temos muitas dúvidas em concluir que foram, provavelmente, muitos os projectos que ficaram pelo caminho bloqueados pela força destruidora desta burocracia perversa, onde o decisor político ou o agente administrativo quer saber primeiro o quê que vai ganhar antes de qualquer outra avaliação preliminar.

No âmbito de toda a informação que tem chegado ao nosso conhecimento sobre o que está a ser feito deste 2017 em prol da Reforma do Estado, o projecto Simplifica é, certamente, aquele que mais tem chamado a nossa atenção e acredito que de todo país. Não vejo, entretanto, este interesse reflectido no nosso espaço mediático como devia ser, considerando a importância estruturante do projecto e tendo até tendo em vista a sua legítima capitalização política pelo próprio Executivo de JLo. No caso concreto de facto parece-me que o trabalho está a ser feito e bem, salvo melhor opinião, estando o problema com a comunicação. Ao ler a informação sobre os objectivos do Simplifica, apetece-me dizer que está ali também uma confissão do próprio Estado que deste modo se declara culpado por ter infligido tanto sofrimento burocrático às pessoas e às empresas para nada, por mais que se justifique com o contexto ou com a sua alteração.

Com o Simplifica está provado que é possível termos um outro Estado muito menos complicado, muito mais amigo das pessoas e da economia, sobretudo desta última que tem sido tão prejudicada com conhecidos excessos de zelo dos nossos burocratas entrincheirados no aparelho. O que acho, entretanto, preocupante é que parece ter esmorecido bastante o entusiasmo inicial transmitido pela comunicação institucional na rádio e na televisão através de divertidos spots e sketches.

Reparo que não tem havido praticamente nenhum acompanhamento mais jornalístico da comunicação social a este processo, como se alguém quisesse esconder o próprio projecto dos olhos da opinião pública após algum arrependimento da parte de quem de direito. Espero bem que não, que esta minha impressão seja apenas minha. Senti, contudo, necessidade de aqui a partilhar diante de algum silêncio mediático que tenho observado.